



## PROBLEMATIZANDO A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Carla Negretto<sup>1</sup>  
Márcia Alves da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

O processo de expropriação de terra, iniciada com a invasão da América pelos portugueses, aniquilou a capacidade de subsistência de muitas comunidades e modificou seus costumes e valores sociais. O modelo de família patriarcal imposta pelos europeus, submeteu milhares de mulheres ao longo dos séculos a uma tripla exploração de trabalho. Realizar uma abordagem histórica sobre a trajetória de luta e resistência dessas mulheres, nos permite compreender com maior profundidade de que forma chegamos até os dias atuais e como a educação popular feminista pode estar desenvolvendo práticas que colaborem com os movimentos sociais, no sentido de superar o modelo de dominação patriarcal na construção de uma nova identidade da mulher e do homem camponeses.

**Palavras-chave:** Gênero. Trabalho. Educação.

### O espaço público e privado como construção histórica do sistema patriarcal

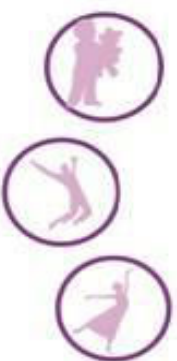
A crise da economia feudal iniciada entre 1450-1650 resultou numa ofensiva global que mudou por completo a história humana, estabelecendo desse modo, as bases para um novo sistema socioeconômico mundial. Para alimentar esse novo sistema, não foram poupados esforços para apropriação de novas fontes de riquezas e mão de obra trabalhadora. A retirada do acesso à terra, fonte de subsistência dos povos originários e a escravização da mão de obra dos povos Africanos na América Latina, não foi o único ataque promovido pelo novo sistema socioeconômico, que tinha como principal objetivo, saquear e produzir riquezas para as coroas europeias. Toda a acumulação da força de trabalho foi também “[...] uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como a raça e a idade se tornaram constitutivas da dominação da classe” (FEDERICI 2017, p. 119).

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestranda em Educação/UFPel. Membro do D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero / Grupo de Pesquisa do CNPq, ka\_karllynha10@hotmail.com

<sup>2</sup> Socióloga, Professora da Faculdade de Educação/UFPel, coordenadora do D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero / Grupo de Pesquisa do CNPq, profa.marcialves@gmail.com





De acordo com os estudos de Claudia Korol (2016, p. 89, tradução nossa), um novo conceito de “família” surge com a dissolução do modelo de comunidade primitiva, passando para o direito de propriedade privada, representado por um chefe da família que possui plenos direitos tanto sobre a propriedade como sobre as pessoas que as compõem. “[...] A ‘casa’ surge como a primeira forma de empresa privada de propriedade do chefe da família para produção e concorrência com outras casas e outros produtos”.

O novo modelo social que se instalou na América Latina, desenvolveu mecanismos extremamente cuidadosos para manter todos e todas sobre sua cruel vigilância. Nesse jogo de interesses e representações, todo o espaço público foi destinado ao homem, assim como o papel de “chefe da família”, representando desse modo, o estado a força e a razão.

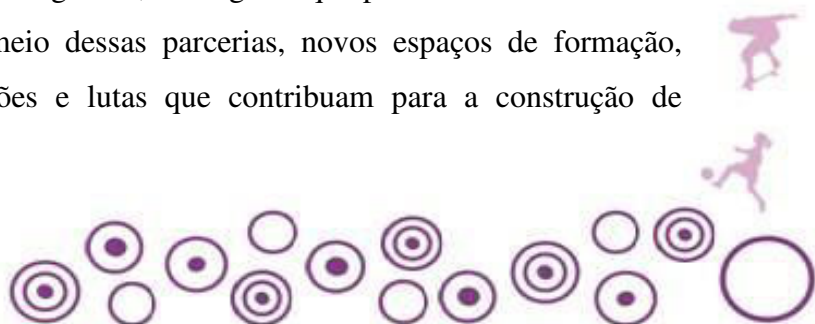
Para as mulheres foi delimitado o espaço privado, que gradualmente nos submeteu a uma tripla exploração de trabalho individualizado. Essa forma particular de divisão sexual do trabalho cumpriu a tarefa de forma gratuita de restaurar a força de trabalho que move a economia capitalista. Em nome do amor e do dever materno se proporciona a elaboração do alimento o cuidado com as vestimentas a manutenção da casa bem como a educação dos filhos.

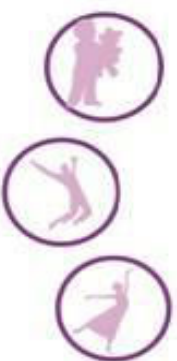
A partir de uma análise histórica, fica claro que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é um legado do mundo pré-moderno, mas sim uma formação capitalista, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais (FEDERICI, 2017, p. 11).

Para as mulheres camponesas, aqui especificamente falando da mulher brasileira Assentada da Reforma Agrária, a luta contra a discriminação e o machismo é um motivo de pauta constante.

É verdade que para muitas mulheres o MST foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e se afirmar como mulheres e como trabalhadoras. Porém, para um grande número de mulheres, que estão presentes nos acampamentos e assentamentos, o MST ainda não criou as condições para que elas possam realmente participar da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social (MST, 2010, *on-line*).

Apesar de todas as dificuldades encontradas pela mulher rural, seja pela falta de oportunidade de atuar nas instâncias, seja pela falta de acesso a informações estratégicas, estruturas ou recursos, o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vem exercendo parcerias em nível de extensão, graduação e pós-graduação com as Universidades brasileiras para construção de debates sobre gênero, em regiões que possuem carência dessas problematizações. Oportunizando por meio dessas parcerias, novos espaços de formação, produções de materiais, atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de





condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres na luta pela terra, fortalecendo desse modo, o próprio MST.

Um exemplo dessa parceria foi a criação em 2014 do projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas UFPEL, denominado “*Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST*”, que buscou discutir a experiência de vida e trabalho de 40 mulheres agricultoras no interior do município de Pinheiro Machado/RS. Atualmente os dados coletados no período que correspondem aos anos de 2014 a 2016, estão sendo analisados por uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada, “*Problematizando a Divisão Sexual do Trabalho em Assentamentos da Reforma Agrária*”, que busca não apenas relatar como ocorre a divisão sexual do trabalho no campo, mas também indaga respostas num empenho coletivo com as participantes para interromper os processos históricos do sistema patriarcal.


### **A problematização do trabalho feminino**

Os apontamentos e análises abordados no decorrer dos últimos quatro anos de pesquisa, sendo 3 anos de pesquisa de extensão e 1 ano de pesquisa de mestrado, denunciam à naturalização do serviço doméstico e o cuidado dos filhos por parte do sistema patriarcal - capitalista como sendo uma atividade biologicamente feminina e, por conseguinte, sem valor, por ser um trabalho repetitivo e que não resulta em um produto final.

Quando falamos de trabalho invisível, nos referimos ao trabalho doméstico não remunerado, mas também ao que poderia ser considerado como um trabalho produtivo restrito, que, no entanto, não está registado em contas nacionais porque é considerado como uma extensão das tarefas de reprodução biológica e a reprodução da força de trabalho (KOROL, 2016).

De acordo com os dados coletados pela pesquisa, de 2014 até 2016, 90% das 40 mulheres camponesas declaram não se identificarem como trabalhadoras, sobretudo porque realizam tarefas secundárias com relação aos produtos economicamente mais importantes para a conformação da renda familiar. Ainda que seu trabalho cotidiano inclua a elaboração de produtos que são vendidos nas feiras e geram receitas para a propriedade, seja não transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.; seja artesanais, como pães, doces, conservas, raramente elas consideravam essas tarefas como trabalho remunerado. Isso porque, no processo da própria construção patriarcal, a mulher quando expulsa do universo econômico que cria o produto excedente, cumpriu uma função econômica fundamental. A de





restaurar a força de trabalho que move a economia, ficando desse modo, marginalizada na esfera pública e escondida atrás da fachada da família monogâmica até os dias atuais.

Nesse contexto, algumas reflexões se fizeram latentes a respeito da participação e da representação dos papéis sociais interpretados pelo homem e pela mulher rural nos espaços de decisão, na divisão sexual do trabalho e nas implicações que rebatem na temática de gênero pela emancipação nas diversas áreas da vida feminina.

A organização de espaços de formação e reflexão sobre o conceito da divisão sexual do trabalho vem auxiliando na teorização da luta feminista em todas as ações que as mulheres desenvolvem ao longo da vida, desde o cuidado da casa, educação das crianças, cuidado do lote e as atividades agrícolas. Se pararmos para averiguar, contemplaremos, dentro dos assentamentos pesquisados, que as atividades desempenhadas pela mulher são, em sua grande maioria, tríplices em relação às atividades realizadas pelos homens.

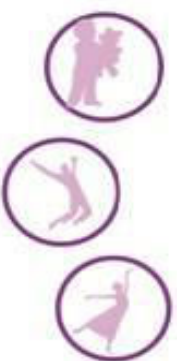
Por séculos as mulheres camponesas têm sido responsáveis pelas tarefas domésticas. São as mulheres que, predominantemente, antecipam as atividades no alvorecer do dia. São elas que ordenham as vacas, aprontam o desjejum, desadormecem e preparam as crianças para a escola e executam rapidamente o serviço doméstico antes de destinar-se com o companheiro nas atividades do lote. Levam o trabalho reprodutivo de forma produtiva e comunitária, porém ocupam uma esfera privado e invisível, em contraste com as transações econômicas agrícolas consideradas de maior valor e tradicionalmente realizadas pelos homens, como a compra e venda de animais ou maquinários e a comercialização de grandes quantidades de cereais.

Na divisão sexual do trabalho no campo, cabe a elas (mulheres), a produção de alimentos para o consumo da família, através de pomares e a reprodução de pequenos animais. As mulheres da América Latina são responsáveis por 90% da produção de alimentos da agricultura familiar e tem participação ativa nas atividades relacionados ao processamento, preservação e comercialização desses produtos (KOROL, 2016, p. 96, tradução nossa).

A jornada de trabalho da mulher rural é subestimada pelo fato do seu trabalho agrícola ser considerado uma extensão do trabalho doméstico. A problematização sobre a divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho executado pelas mulheres como profissão é o primeiro passo na reflexão contra o sistema patriarcal.

A Educação Popular Feminista como prática de Liberdade de Paulo Freire (1987), juntamente com a Universidade e com o movimento social MST, vem contribuindo para o desenvolvimento do pensamento e a ação prática da educação de mulheres e homens camponeses. A união entre feminismo e movimento popular tem como objetivo uma mobilização política que impulsiona homens e mulheres a buscarem novas explicações sobre as situações de opressão.





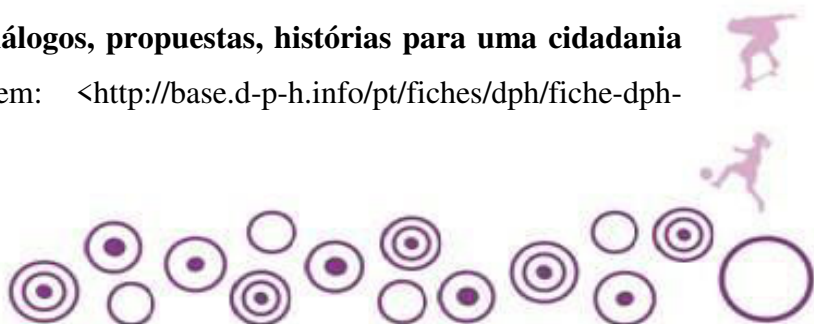
A busca pela valorização do trabalho feminino começa primeiramente com o reconhecimento das próprias mulheres como trabalhadoras. Quebrar com a naturalização da divisão sexual do trabalho é primeiro passo à ser dado. Pois é esse modelo de sistema que naturaliza e reproduz a alienação das mulheres, fazendo com que o seu trabalho não seja reconhecido, incentivando conseqüentemente à violência de gênero. Uma mudança de comportamento só será possível na medida em que o público masculino, também entender que é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres. Quando transcorrer efetivamente a interpretação das relações de gênero, a supremacia masculina estará ameaçada e com ela também o duplo padrão moral que alimenta a família burguesa, a própria família e o domínio dos poderosos. (SAFFIOTI, 1987). Deixar de lado regras e modelos que funcionam apenas como ferramentas de opressão e buscar aquilo que faz mais sentido para quem somos, ou pretendemos ser, é o que nos permite sermos homens e mulheres por inteiro.

### Conclusão

O enfrentamento da opressão, do anonimato político, social e econômico diz respeito a todas as mulheres e homens que querem torna-se sujeitos de direito a partir de um direito que se comporte de modo diferente do que está imposto. A importância do estudo e da pesquisa sobre as temáticas das relações de gênero em espaços informais, atende a perspectiva de uma educação voltada para as classes populares. E pode ser definida como uma educação transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo para humanização de uma sociedade menos injusta, menos iníqua e menos castradora.

### Referências

- BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FEDERICCI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía: Mujeres, tierra y territorios en América Latina**. Investigación realizada con el apoyo de la Fundación Intermon-Oxfam. Coedición: GRAIN, 2016.
- O Setor de Gênero do MST. In: **Dph diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial**. mar. 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>>. Acesso em: 23 nov. 2017.







PALUDO, Conceição. **Mulheres, resistência e luta em defesa da vida.** Organizadora: Conceição Paludo. São Leopoldo: CEBI, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

